



Exmo. Senhor Presidente da Economia e  
Obras Públicas

ASSUNTO: Audição do Secretário de Estado dos Transportes

De acordo com notícias vindas a público o estado, via determinação expressa do Sr. Secretário de Estado dos Transportes, pagou à Lusoponte 4.4 milhões de euros a título de compensação por não cobrança de portagens na Ponte 25 de Abril no mês de Agosto de 2011.

Esta informação é tanto mais estranha na medida em que é do conhecimento público que a isenção de cobrança de portagem no mês de agosto foi suspensa.

Verifica-se, portanto, não obstante ser conhecido que a isenção em Agosto neste trajecto acabou o ano passado e que a Lusoponte ficou com o dinheiro das portagens - as receitas de todas concessões rodoviárias são das Estradas de Portugal - o certo é que a Lusoponte recebeu duas vezes.

O Partido Socialista considera escandaloso que a Lusoponte possa ter recebido uma compensação do Estado e arrecadado simultaneamente receitas das portagens na ponte 25 de Abril quando não houve isenção no mês de agosto e tanto mais inexplicável no momento de grave crise que o país atravessa, parecendo que para o governo a austeridade é para todos menos para algumas empresas, porque no fundo é o Estado a financiar a atividade da Lusoponte.

Não podemos olvidar que uma das razões que presidiram à decisão de determinar o fim da isenção durante o mês de agosto prendia-se com a necessidade do estado poupar 4,4 milhões de euros por ano entregues à Lusoponte como compensação.

DIVISÃO DE	POLO AS COMISSÕES
COMISSÃO DE EC.	ONOMIA E OBRAS PÚBLICAS
:EOP	
N.º ÚNICO	423-83
ENTRADA / CARTA N.º	84 DATA 5 / 3 / 2012



Em concreto aquilo que se passou é que os portugueses em agosto pagaram as portagens, a Lusoponte arrecadou a receita e ainda não a transferiu para os cofres do Estado, tudo com o beneplácito do governo.

Nestes termos, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista requer a audição de Sua Ex.<sup>a</sup> o Secretário de Estado dos Transportes no plenário da Comissão de Economia e Obras Públicas para prestar esclarecimentos sobre esta matéria.

Palácio de São Bento, 2 de Março de 2012.

Os deputados,